



escola de gestores
da educação básica

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AS PERSPECTIVAS DO CONSELHO DE CLASSE DE UMA
ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL**

GLAYCIMAR APARECIDA GONÇALVES RIBEIRO

BELO HORIZONTE, 2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**AS PERSPECTIVAS DO CONSELHO DE CLASSE DE UMA
ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL**

Trabalho apresentado como requisito necessário para conclusão do Curso de Pós-Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Mestra Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Gláycimar Aparecida Gonçalves Ribeiro

AS PERSPECTIVAS DO CONSELHO DE CLASSE DE UMA ESCOLA PÚBLICA ESTADUAL

Trabalho de conclusão de curso (TCC) apresentado em 21 de março de 2015, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

Prof. Dr. Rogério Correia da Silva - Avaliador

Prof^a. Mestra Ângela Carmem Abreu Fraga Fonseca - Orientadora

Prof^a. Gláycimar Aparecida Gonçalves Ribeiro - Cursista

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, João Francisco e Maria Nilza, ao meu marido Ricardo, minha tia Levinda e minha amiga Janaína Mendes pela paciência, tolerância e pela colaboração exercida durante o desenvolvimento deste projeto.

Em especial a Deus, que permitiu minha busca incessante na realização desta pesquisa dando-me inteligência necessária, coragem, determinação, saúde e disposição para realizá-la..

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Mestra Orientadora, Ângela Carmen Abreu Fraga Fonseca, pelo incentivo que a mim foi dado durante a elaboração deste trabalho, pela sua competência no desempenho de sua orientação e principalmente pela sua atitude humana que em muito contribuiu para a concretização deste trabalho.

Agradeço, ainda, à Direção e Equipe Pedagógica da Escola Estadual Padre Joaquim Xavier Lopes Cançado, escola onde vivi experiências marcantes na minha vida profissional, pela disponibilidade e atenção dispensadas através das pesquisas aos documentos disponibilizados que possibilitaram a concretização deste trabalho.

Em especial à Deus por manter a minha perseverança e determinação para realizá-lo.

EPÍGRAFE

“A educação qualquer que seja ela, é sempre uma teoria do conhecimento posta em prática”.

Paulo Freire

RESUMO

Trata o presente trabalho de uma análise crítica dos aspectos positivos e negativos do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles. Com a finalidade de discorrer sobre as questões mais relevantes que são pertinentes ao tema apresentado. Procura-se propor reflexões que são absolutamente necessárias para uma correta interpretação dos problemas relacionados ao Conselho de Classe, de modo a oferecer uma base, por assim dizer, doutrinária que irá formar elementos de convicção para o leitor acerca do assunto em pauta. Trata-se, pois, de explanação que objetiva expressar a experiência de quem exerce trabalho diretamente com crianças e adolescentes na rotina escolar, ou seja, de professores e especialistas. Uma vez realizado o PPP, escolheu-se o tema delimitado ao Conselho de Classe da escola acima nomeada descrevendo sobre a sua criação, quais as suas funções e atribuições, tendo em vista que se trata de um órgão colegiado. Procura-se, ainda, explanar sobre os resultados obtidos através do desempenho do mesmo e as aplicações das diagnósticas com a participação da Comunidade Escolar. Por fim, questiona-se sobre a real necessidade do Conselho de Classe, a responsabilidade dos pais. É o que se pretende abordar.

Palavras-chave: Conselho de Classe, Escola, Pais, Diagnósticas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1.CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES	11
2. O CONSELHO DE CLASSE NO ESPAÇO ESCOLAR	15
3.O CONSELHO DE CLASSE NA ESCOLA ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES....	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS.....	22
ANEXO Projeto Político Pedagógico	24

INTRODUÇÃO

Esse trabalho objetiva analisar o Conselho de Classe da Escola Estadual Cecília Meireles, de Cidade Nova/MG, no Ensino Fundamental, Médio e na EJA, como um dos recursos primordiais para análise do processo de ensino-aprendizagem, de forma a compartilhar informações sobre a classe e sobre cada aluno, embasando a tomada de decisões para a melhoria daquele processo, e, conseqüentemente do sucesso escolar do aluno, tendo como ponto de partida o Projeto Político Pedagógico - PPP da Escola Estadual Cecília Meireles.

Enfatiza-se que a escolha do tema Conselho de Classe dar-se-á pela concepção de avaliação escolar. Avaliar é tarefa sublime havendo diversidades interdisciplinares. Os procedimentos nos quais o professor assume o papel de interventor ao utilizar recursos didáticos e mecanismos eficazes vão auxiliar no trabalho em sala de aula. Um árduo trabalho vem sendo desenvolvido, no entanto as dificuldades dos alunos vão além da sala. Muitas vezes a atividade desenvolvida com os alunos não faz parte da sua realidade, ou não explora todo seu potencial. Na construção do Projeto Político Pedagógico, destaca-se o Conselho de Classe como base na educação, uma vez que sistematizado, possibilita a análise eficaz do processo de ensino-aprendizagem, que garante o processo de produção do conhecimento, que é o essencial da escola para todos sem qualquer espécie de discriminação.

Foi realizada uma busca aberta no site Google, usando como termo de busca “conselho de classe”, sendo selecionados três artigos por título. Discutem-se os objetivos e as metodologias que são empregadas em seu processo de criação.

Destaca-se neste trabalho três diferentes obras que apresentam a importância do Conselho de Classe, a importância de ser realizado coletivamente para que possam ser alcançados resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem. Selecionou-se o artigo da autora Maria Ângela Serafini Vargas (2008) que aborda o *Conselho de Classe e a participação da comunidade escolar*. Estudou-se também o artigo *Conselho de Classe: espaço de análise, reflexão e avaliação do trabalho pedagógico*, cuja autora é Marta Betanes da Silva (2008). O

artigo da autora Carmem Lúcia Guimarães de Mattos (2005), com o título *O Conselho de Classe e a Construção do Fracasso Escolar*, também foi escolhido.

Essa análise foi organizada em três seções. Na primeira seção, *A contextualização da Escola Estadual Cecília Meireles*, apresenta a realidade na qual o Conselho de Classe está inserido. Na segunda seção: Quanto ao item *O Conselho de Classe no espaço escolar*, aborda-se como é feito o processo de intervenção e quais os resultados alcançados e definidos na reunião do Conselho de Classe. Na terceira seção: *O Conselho de Classe na Escola Estadual Cecília Meireles*, realiza-se uma reflexão sobre a escola democrática e o comprometimento de toda a comunidade escolar com o ensino de qualidade.

1.CONTEXTUALIZAÇÃO DA ESCOLA ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES

A Escola Estadual Cecília Meireles está localizada na Rua Magnólia, número 222, bairro Bela Vista, Cidade Nova/MG. É uma instituição integrante da Rede Estadual de Ensino, mantida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no entanto o prédio é cedido pela prefeitura desde a sua construção, e atualmente está em processo de doação.

Com o crescimento contínuo da cidade, novos bairros foram surgindo e as duas escolas existentes não conseguiam mais atender a demanda escolar, o que dificultava o acesso dos alunos. Então, um fazendeiro da época doou um terreno com área de 1.570 m² à prefeitura, que construiu o prédio. O Estado fundou a escola que, em homenagem à escritora, recebeu o nome de Escola Estadual Cecília Meireles. A escola foi fundada em 22 de março de 1985 e inaugurada em 05 de agosto do mesmo ano com o antigo ensino do 1º grau. Inicialmente contava apenas com quatro salas de aula. Em 05 de fevereiro de 1991, através da Resolução nº 6.813/9, foi implantada a extensão do Ensino Fundamental, e, com o Decreto 43.936 de 22 de dezembro de 2004 ocorreu a implantação do Ensino Médio. Nos últimos anos foram feitas algumas ampliações e adaptações para atender o aumento do número de alunos.

Atualmente a escola atende 930 (novecentos e trinta) alunos do bairro Bela Vista, de quatorze bairros vizinhos e da zona rural, respeitando e valorizando a cultura local, experiências de vida dos seus alunos, famílias e da comunidade onde a escola está inserida. Tem a finalidade de ministrar o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (nível médio). Funciona em três turnos com vinte e sete turmas.

Os alunos apresentam nível socioeconômico bem diversificado e a maioria com nível de aproveitamento intermediário. Há predominância de alunos provenientes de famílias carentes em todos os aspectos: social, cultural e econômico. Alguns alunos com dificuldades de aprendizagem acentuada. Muitos alunos não moram com os pais, pertencem a famílias mono parentais: são criados

só pela mãe, ou pelo pai e/ou mesmo por avós. As famílias em sua maioria são operárias das fábricas existentes na cidade, possuem nível de escolaridade muito baixo e alguns são analfabetos. Alguns pais apresentam problemas de alcoolismo e outras drogas que circulam no meio. Esses problemas naturalmente, não deixam de influenciar na vida escolar dos alunos.

O espaço físico da escola é insuficiente para atender sua demanda. Sua estrutura física é precária, faltam salas e muitas são usadas de forma improvisada e não têm acessibilidade. Não conta com laboratório de ciências, o laboratório de informática é ineficaz e não existe espaço adequado para a quadra de esportes, o que obrigou a escola a fazer uso contínuo de uma quadra coberta da Prefeitura Municipal que fica a três quarteirões de distância da sede da escola, fazendo com que os alunos tenham que se deslocarem até a mesma para as aulas de educação física. A biblioteca não tem espaço físico suficiente e adequado para a maioria das atividades pedagógicas necessárias.

A maioria dos docentes possui formação em nível superior e pós-graduação. Participam de formação continuada e de outras atividades extracurriculares que são essenciais para a qualidade do ensino.

O Projeto Político Pedagógico é elaborado por todos os seguimentos da comunidade Escolar assim como o sucesso conquistado nas ações educativas. Alguns discordam das políticas do estado por acreditarem que a educação não é tão valorizada quanto deveria e as ações não acontecem em tempo real e em igualdade de condições estabelecidas pelas teorias. Todos acreditam na educação como elemento essencial e transformador de uma sociedade.

O PPP é a expressão e a mediação para a mudança na escola: serve para que a comunidade escolar estabeleça o “seu rumo”, delineando seus princípios, suas diretrizes e suas propostas de ação para melhor organizar e significar as atividades desenvolvidas na escola como um todo. Trata-se, portanto, não apenas de um documento elaborado por um grupo restrito e “dado” para a escola; o PPP não começa e nem acaba em um texto escrito. (CAMPOS e SCHEIBE, 2014, p.1).

Segundo Oliveira (2005, p. 31) “o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento”.

Assim pensando, afirma-se que o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles é um projeto coletivo, compreendido como movimento de planejamento participativo, que partiu do diagnóstico da realidade da escola e do que ela deseja ser, sua verdadeira identidade.

A ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2005, p.1).

Para Veiga (1997, p.27), “é no Projeto Político Pedagógico que são definidas as prioridades e necessidades de uma unidade escolar, para o direcionamento de sua atuação rumo à qualidade de ensino.” O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles foi elaborado pela equipe escolar, contando com a participação dos funcionários, alunos e pais analisando as prioridades e necessidades da escola, tendo como objetivo melhorar a qualidade do ensino.

A reestruturação do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles é mais do que uma exigência legal, é momento de discussão, análise da escola para a organização, construção e definição de ações. Foi um momento necessário, pois como seres mutáveis vão-se traçando metas, avaliando ações, revendo conceitos, planejando e buscando a concretização dos ideais almejados. No decorrer deste percurso, alguns projetos não foram exitosos, algumas metas não foram alcançadas, alguns métodos não apresentaram bons resultados. A realidade vigente não alcançou as perspectivas. Por isso a necessidade de rever, re-planejar, reestruturar e mudar estratégias, buscando alternativas para os principais problemas enfrentados pela escola, onde as decisões são tomadas de forma coletiva, baseadas no diálogo, onde os diversos segmentos são co-participantes no trabalho pedagógico. Para Cury (2010, p.11), “a gestão do projeto pedagógico é tarefa coletiva do corpo docente, liderado pelo gestor responsável, e se volta para a obtenção de outro princípio constitucional da educação nacional que é a garantia do padrão de qualidade”.

Sendo assim, a escola realizou oficinas envolvendo a direção, corpo docente, discentes, auxiliares de serviços e pais para reflexão sobre as cinco dimensões do Projeto Político Pedagógico.

O Conselho de Classe é um dos mais importantes espaços escolares, pois, tendo em vista seus objetivos, segundo Dalben (2004), “é capaz de dinamizar o coletivo escolar pela via da gestão do processo de ensino, foco central do processo de escolarização. É o espaço prioritário da discussão pedagógica.” De fato, segundo a autora, é mais do que uma reunião pedagógica; é parte integrante do processo de avaliação desenvolvido pela escola. É o momento privilegiado para redefinir práticas pedagógicas com o objetivo de superar a fragmentação do trabalho escolar e oportunizar formas diferenciadas de ensino que realmente garantam a todos os alunos a aprendizagem. Ir para além da concepção do conselho de classe como uma forma de concessão de “chances” para os alunos ou de resolução de conflitos entre professor e aluno. Ou seja, o coletivo docente não pode se reunir apenas para dividir os problemas e para que obtenham a aprovação tácita do grupo sobre um processo avaliativo que prioriza a nota e não as reais possibilidades. De acordo com Mattos (2005), “não é o espaço de comparação de alunos em que se valida a construção de imagens dos alunos e alunas, feitas pelos docentes, no decorrer do ano letivo.” Na realidade o Conselho de Classe deve ser realizado de tal forma a identificar os pontos fortes e os pontos fracos do Projeto Político Pedagógico da escola e, se necessário fazer as intervenções pedagógicas apropriadas para corrigir o que não está adequado ao processo de ensino-aprendizagem e fixar o que realmente funcionou durante a sua aplicação.

2. CONSELHO DE CLASSE NO ESPAÇO ESCOLAR

O Conselho de Classe vem se mostrando como uma instância formalmente instituída em que ocorre a avaliação do processo ensino-aprendizagem. Desde a década de 90, ele está sendo considerado um importante instrumento para a reorganização escolar.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96 atribui ao Conselho a possibilidade dele ser participativo. Assim tomou-se contato com a Legislação mencionada acima e constatou-se que a principal função do Conselho é de avaliar o processo de aprendizagem dos alunos.

Através dos artigos estudados pode-se destacar a participação da Comunidade Escolar, os seus aspectos e instrumentos utilizados. A importância em repassar para a comunidade é primordial no aprendizado do aluno. A sua rotina na maioria das vezes cai em contradição, pois se deve conhecer o aluno como um todo, desde o social, sua realidade até a abrangência dos seus conhecimentos.

Segundo Maria Ângela Serafini Vargas (2008), a escola democrática, contudo ao longo da trajetória como especialista deve-se interagir com todos os segmentos. O trabalho em equipe juntamente com os recursos disponíveis pode ser democrático.

Como é possível questionar um aluno sobre o seu nível de aprendizagem se a realidade dele não é adequada ao cotidiano escolar?

A comunidade escolar precisa saber os resultados e ações bem definidas e repassadas com clareza conforme a cultura de cada um. Não adianta florear os dados coletados ou colocar panos quentes no comportamento do aluno, pois o mesmo precisa de ajuda e apoio. Ser solidário e adequar à realidade de cada um. As ações bem definidas vêm através da participação ativa da comunidade como um todo.

Carmem Lúcia Guimarães de Mattos (2005) enfatiza o fracasso escolar através de explicações populares entre jovens de área rural e urbana. Fica bem claro o social da comunidade escolar em si. Portanto, o Conselho de Classe torna-se essencial, pois as decisões tomadas perante a realidade e a comunidade favorecem o aprendizado e a busca de melhorias envolvendo o fracasso escolar e a exclusão

do sistema. Os profissionais devem explorar todos os recursos cabíveis, trabalhar as habilidades de cada aluno, usando o seu conhecimento para a sala de aula. Colocá-lo em um ambiente confortável e seguro.

Contudo após abordar o espaço, o fracasso e a reflexão da avaliação segundo artigos estudados fica bem clara qual é a nossa postura perante os resultados, ações e probabilidade de acertos. O Conselho de Classe é de suma importância que vai além do horizonte.

Deve haver uma estreita relação entre a comunidade escolar, os docentes e discentes e a gestão democrática. Quando bem elaborado, o Conselho de Classe, ele percorre em todos os segmentos, e a comunidade tem autonomia para agir e exercer a democracia. O próprio nome Conselho vem de preciso de algo para tomar as medidas cabíveis. E solucionar com presteza o melhor para cada aluno. O importante é o aprendizado para todos com os mesmos propósitos. O contato com essa literatura foi importante também para o conhecimento da história e o desenvolvimento do Conselho de Classe, e para se ter exemplos concretos de situações do funcionamento desses conselhos nas escolas.

Tem-se observado que o Conselho de Classe pode transformar-se efetivamente em um processo apropriado para a discussão e a avaliação do aproveitamento e do rendimento de cada um dos alunos da escola, e de determinada turma.

Importante salientar que todo Conselho de Classe deve ser participativo ao máximo promovendo o diálogo, estimulando o senso crítico de alunos e professores com o objetivo de expor a realidade do contexto escolar no qual estão inseridos, podendo, a partir de então, efetuar as modificações necessárias no processo pedagógico adotado pela escola.

3. O CONSELHO DE CLASSE NA ESCOLA ESTADUAL CECÍLIA MEIRELES

O Conselho de Classe não deve ser apenas um processo burocrático onde ocorra apenas a entrega das notas avaliativas dos alunos para a coordenação, mas um espaço que vise considerar as finalidades educacionais, os processos que envolvem a educação, os conteúdos ministrados e a aplicação dos mesmos de acordo com o programa psicopedagógico da escola. Assim pensando, enfatiza-se que o Conselho de Classe é um órgão colegiado, com poder de decisão sendo responsável pelo processo de avaliação do desempenho pedagógico de cada aluno e de cada turma.

Para a criação do Conselho de Classe da Escola Estadual Cecília Meireles vários questionamentos foram efetuados em todos os sentidos pedagógicos e em todos os segmentos da escola, porém com foco direcionado para alunos e professores. Entretanto, a formação deste conselho deve ser desenvolvida para atender melhor ao processo de avaliação do aluno considerando o mesmo como uma pessoa em formação em todos os seus aspectos. Neste sentido, pode-se inserir um novo conceito, uma nova forma de efetivar a prática educacional no ambiente da escola.

Deste modo, a escola realiza a interação entre vários professores que participam do Conselho de Classe com a finalidade de encontrar possíveis dificuldades de cada aluno, de cada turma e prováveis soluções para os problemas encontrados com a colaboração das Especialistas. Esta interação se deve ao fato de que cada professor participa de vários Conselhos de Classe o que facilita a troca de ideias sobre as práticas pedagógicas que obtiveram bons resultados, as que não obtiveram qualquer resultado e aquelas que não devem ser praticadas.

Elaboram-se relatórios periódicos tendo por base os dados que foram levantados de cada turma e respectivos alunos. Realizam-se a auto-avaliação do professor acerca do trabalho pedagógico adotado durante o bimestre em comparação com as práticas adotadas no bimestre anterior, quais foram os avanços concretos, as novas metodologias que foram aplicadas relatando, ainda, sobre o que influenciou no sucesso ou na falha das práticas pedagógicas que foram propostas.

Realiza-se uma análise diagnóstica da turma, faz-se um paralelo entre todas as questões propostas por alunos e professores. Após esse paralelo estabelecem-se linhas de ações concretas para cada caso de dificuldade encontrado dando prioridade também aos casos mais relevantes de cada turma.

Estas são algumas medidas adotadas pela Escola Estadual Cecília Meireles que também interage com os pais convidando-os a participar de reuniões onde são debatidos vários assuntos, tais como a importância da família na educação dos filhos bem como a participação dos mesmos na vida escolar, esclarecendo-lhes sobre a organização do tempo de estudo para a realização das tarefas escolares em casa. São prestadas orientações sobre as responsabilidades dos pais, dos filhos, sobre os valores e limites que devem nortear a rotina em família a título de contribuição para o bom andamento dos estudos e interação com a escola. Frisa-se bem qual é a influência que os pais exercem sobre os filhos refletindo diretamente no desempenho escolar dos mesmos. Convidam-se os pais para a entrega dos boletins para verificação dos resultados da aprendizagem dos alunos.

A partir do momento em que surgem novas propostas de trabalho pedagógico mais apropriado a serem desenvolvidas pela escola, pelos professores, pelos alunos e pelos pais novas reuniões são convocadas.

Identificados os alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem, a escola faz o acompanhamento individualizado dos mesmos através de novas práticas que assegurem a apreensão do conteúdo pelo aluno proporcionando o seu avanço dentro do conteúdo específico, sempre atento à efetiva participação e auxílio dos pais. Além do acompanhamento pelo professor, novas reuniões são realizadas, faz-se o acompanhamento da frequência escolar e para o trabalho que tiver de ser intensificado serão feitas as recomendações pertinentes.

A presente Escola também direciona atendimento individualizado ao professor para uma análise do método de avaliação adotado, recuperação paralela, disciplina planos de ensino, proposta curricular, priorizando a qualidade do ensino e que esta esteja de acordo com a proposta pedagógica da escola. Quando constituído novo Conselho de Classe faz-se um comparativo com o Conselho anterior para averiguar quais foram os avanços, retrocessos e novas propostas pedagógicas a serem adotadas.

A escola proporciona intercâmbio entre os alunos representantes de cada turma para averiguar quais são as maiores dificuldades encontradas pelos mesmos

seja na rotina escolar, em quais disciplinas, quais as causas das dificuldades, sugestões para solucionar ou minimizar estas dificuldades. São questionados ainda, se existem problemas de relacionamento com algum professor e sugestões para dirimir as desavenças existentes.

A ata do Conselho de Classe é apresentada à Diretora da escola e sua respectiva pauta e, sendo o caso, são apresentadas as planilhas e os gráficos. As sugestões passíveis de aplicação, adequação ou exclusão são discutidas e concretizadas. Todos os dados colhidos durante o período de competência do Conselho de Classe são transcritos para o Plano de Ação do Conselho de Classe.

Por fim, o Conselho de Classe conta com a participação de todos os professores da Escola Estadual Cecília Meireles. Após a apresentação dos resultados são analisadas as questões necessárias fazendo-se um levantamento das diagnósticas para adequação da intervenção pedagógica correspondente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o Projeto Político Pedagógico e a sua correlação com o Conselho de Classe, principalmente observando e fazendo reflexões acerca dos conceitos de Conselho de Classe e discorrendo sobre a criação deste na Escola Estadual Cecília Meireles, observa-se que existe uma necessidade premente de torná-lo mais interativo e participativo, e, ao mesmo tempo absolutamente democrático tendo em vista que em vários aspectos esse órgão deixa a desejar. Menciona-se este fato, uma vez que apesar da sua existência na escola o resultado da maioria dos alunos não atinge a percentagem satisfatória, levando-se em consideração a escala de aproveitamento de alguns perante as avaliações externas. Isto, com certeza, confirmava existência de procedimentos pedagógicos que não são adequados e capazes de solucionar esse problema especificamente, ou seja, aumentar o nível de aproveitamento de cada aluno e, via de consequência o de cada turma.

Torna-se necessária uma intervenção pedagógica mais eficiente e direcionada para a maioria dos alunos que apresentam este déficit de aprendizagem. O mesmo pode estar presente no como ensinar. Isto é, uma deficiência do processo de ensino-aprendizagem, que deve ser apurada no sentido de buscar novas técnicas psicopedagógicas.

Enfatiza-se que uma das funções, senão a mais importante, do Conselho de Classe é averiguar se o PPP é o mais adequado para os alunos e para os professores da escola. Se o Projeto é falho em alguns dos seus aspectos, cabe ao Conselho tentar identificá-lo, solucioná-lo ou minimizá-lo para que ocorra um melhor andamento do ensino-aprendizagem.

Muito embora haja a participação de alguns pais, em sua maioria nos anos iniciais apenas, esses pais não apresentam uma estrutura educacional e vocacional para lidar com a questão atinente aos estudos de seus filhos. Com certeza, este é outro fator preponderante e impeditivo da ocorrência da melhoria do rendimento escolar de seus filhos. Faz-se apenas uma observação, sem qualquer fundo de preconceito linguístico e/ou cultural, apenas para ilustrar que o fato acima relatado interfere sobremaneira nos resultados finais da maioria dos alunos.

Não obstante todos os operadores da educação da escola mencionada estejam empenhados nas melhorias do ensino-aprendizagem de maneira geral, muito ainda há para se fazer.

Resumidamente, o Projeto Político Pedagógico e a participação efetiva e atuante do Conselho de Classe devem andar no mesmo passo vindo para realmente equilibrar a balança entre o ensinar e o apreender, pois este último é que garante o verdadeiro aprendizado, garantindo o cumprimento de um projeto eficiente e democrático em igualdade de condições para todos os alunos e para todos os professores da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** (CF). 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 09 jul. 2014.

CAMPOS, Roselane Fátima, SCHEIBE, Leda. **Projeto Político-Pedagógico: dimensões metodológicas.** Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>> Acesso em 08 de ago. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola.** 2010. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br>> Acesso em: 01 jul.2014.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. **O Conselho de Classe e a Construção do Fracasso Escolar.** 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br>> Acesso em: 16/2/2015.

OLIVEIRA, Adriana; APARECIDA, Celena; SOUZA, Gelsenmeia M. Romero. **Avaliação: Conceitos em diferentes Olhares, uma experiência vivenciada no Curso de Pedagogia.** Disponível em <<http://www.pucpr.br>> Acesso em: 10 de ago. 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em <<http://escoladegestores.mec.gov.br>>. Acesso em 26 mai. 2014.

SENS, Aracy Santos. **Projeto Pedagógico da Escola.** Disponível em <<http://www.fecam.org.br>>. Acesso em 08 de ago. 2014.

SILVA, Marta Betanes da. **Conselho de Classe: espaço de análise, reflexão e avaliação do trabalho pedagógico.** 2008. Disponível em <<http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov>>. Acesso em 16/2/2015.

SOUSA, S.Z. **Avaliação Institucional: elementos para discussão.** Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br>> Acesso em 15 de jul. 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/>>. Acesso em 08 de ago. 2014.

VARGAS, Maria Ângela Serafim. **Conselho de Classe: a participação da Comunidade Escolar.** 2008. Disponível em <<http://www.tede.unoeste.br>> Acesso em: 16/2/2015.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de. (orgs) **Escola: espaço do projeto político pedagógico**. Campinas: Papyrus, 1997.

Manual das Normas da ABNT / UFMG. <
<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/mod/forum/discuss.php?d=31967>> Acesso em:
20/03/2015.

7. ANEXO: Projeto Político Pedagógico



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
CECÍLIA MEIRELES**

**ELIANETE GONÇALVES DE OLIVEIRA
ELIZABETE DE AZEVEDO ALVES
GLAYCIMAR APARECIDA GONÇALVES RIBEIRO
NATÁLIA FERNANDA LOBATO DE ABREU
ROSEANE ALVES DE ANDRADE**

BELO HORIZONTE, 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA ESTADUAL
CECÍLIA MEIRELES**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lidiane Xavier de Faria do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE, 2014

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
1. FINALIDADES DA ESCOLA	6
2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8
2.1 Estrutura Organizacional Administrativa	8
2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica	10
3. CURRÍCULO	13
4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES	15
5. PROCESSOS DE DECISÃO	18
6. RELAÇÕES DE TRABALHO	20
7. AVALIAÇÃO	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	29

INTRODUÇÃO

A escola constitui uma das instituições responsáveis pela promoção do ensino-aprendizagem. A educação escolar define o tipo de cidadão que deseja formar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) dá às escolas, conforme o artigo 12, autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica. O que lhes confere certo nível de autonomia pedagógica e administrativa. De acordo com Sens (2014, p.1) “A autonomia permite à escola a construção de sua identidade e à equipe escolar uma atuação que a torna sujeito histórico de sua própria prática”.

A Escola Estadual Cecília Meireles está localizada na Rua Magnólia, número 222, bairro Bela Vista, Cidade Nova/MG, telefone (37)3270-3300 e E-mail: escola.33666@educacao.mg.gov.br. É uma instituição integrante da Rede Estadual de Ensino, mantida pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no entanto o prédio é cedido pela prefeitura desde a sua construção, e atualmente está em processo de doação.

Com o crescimento contínuo da cidade, novos bairros foram surgindo e as duas escolas existentes não conseguiam mais atender a demanda escolar, o que dificultava o acesso dos alunos. Então, um fazendeiro da época doou um terreno com área de 1.570 m² à prefeitura, que construiu o prédio e o Estado fundou a escola, que em homenagem à escritora recebeu o nome de Escola Estadual Cecília Meireles. A escola foi fundada em 22 de março de 1985 e inaugurada em 05 de agosto de 1985 com o antigo ensino do 1º grau. Inicialmente contava apenas com quatro salas de aula. Em 05 de fevereiro de 1991 através Resolução nº 6.813/91 foi implantada a extensão do Ensino Fundamental e com o Decreto 43.936 de 22 de dezembro de 2004 ocorreu a implantação do Ensino Médio. Nos últimos anos foram feitas algumas ampliações e adaptações para atender o aumento do número de alunos.

Atualmente a escola atende a 930 alunos do bairro Bela Vista, de quatorze bairros vizinhos e da zona rural, respeitando e valorizando a cultura local, experiências de vida dos seus alunos, famílias e da comunidade onde a escola está inserida. Tem a finalidade de ministrar o Ensino Fundamental, o Ensino Médio e a

Educação de Jovens e Adultos (nível médio). Funciona em três turnos com vinte e sete turmas.

Os alunos apresentam nível socioeconômico bem diversificado e a maioria com nível de aproveitamento intermediário. Há predominância de alunos provenientes de famílias carentes em todos os aspectos: social, cultural e econômico. Alguns alunos com dificuldades de aprendizagem acentuada. Muitos alunos não moram com os pais, pertencem a famílias mono parentais: são criados só pela mãe, ou pelo pai e/ou mesmo por avós. As famílias em sua maioria são operárias das fábricas existentes na cidade, possuem nível de escolaridade muito baixo e alguns são analfabetos. Alguns pais apresentam problemas de alcoolismo e outras drogas que circulam no meio social, estes problemas naturalmente, não deixam de influenciar na vida escolar dos alunos.

O espaço físico da escola é insuficiente para atender sua demanda. Sua estrutura física é precária, faltam salas e muitas são usadas de forma improvisada e não tem acessibilidade. Não conta com laboratório de ciências, o laboratório de informática é ineficaz, não existe quadra de esportes e os alunos são obrigados a se deslocarem até a quadra da Prefeitura Municipal, que fica a três quarteirões da sede da escola para realizarem as aulas de educação física, a biblioteca não tem espaço suficiente para a maioria das atividades pedagógicas necessárias.

A maioria dos docentes possui formação em nível superior e pós-graduação. Participam de formação continuada e de outras atividades extracurriculares que são essenciais para a qualidade do ensino. No entanto, alguns discordam das políticas do estado por acreditarem que a educação não é tão valorizada quanto deveria e as ações não acontecem na mesma proporção que as teorias. Todos acreditam na educação como elemento essencial e transformador de uma sociedade.

O PPP é a expressão e a mediação para a mudança na escola: serve para que a comunidade escolar estabeleça o 'seu rumo', delineando seus princípios, suas diretrizes e suas propostas de ação para melhor organizar e significar as atividades desenvolvidas na escola como um todo. Trata-se, portanto, não apenas de um documento elaborado por um grupo restrito e 'doado' para a escola; o PPP não começa e nem acaba em um texto escrito. (CAMPOS e SCHEIBE, 2014, p.1).

Segundo Oliveira (2005, p. 31) "o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de educar bem e de cumprir o seu papel na socialização do

conhecimento”. O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles é um projeto coletivo, compreendido como movimento de planejamento participativo, que partiu do diagnóstico da realidade da escola e ao que ela deseja ser, sua identidade.

A ideia de gestão democrática como sendo o processo político através do qual as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola. Este processo, sustentado no diálogo e na alteridade, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito a normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola. (SOUZA, 2005, p.1).

Para Veiga (1997, p.27) “é no Projeto Político Pedagógico que são definidas as prioridades e necessidades de uma unidade escolar, para o direcionamento de sua atuação rumo à qualidade de ensino.”

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles foi elaborado pela equipe escolar, contando com a participação dos funcionários, alunos e pais analisando as prioridades e necessidades da escola, tendo como objetivo melhorar a qualidade do ensino.

A reestruturação do Projeto Político Pedagógico da escola é mais do que uma exigência legal, é um momento de discussão e análise da escola que se tem para a organização, construção e definição de ações. Trata-se de um momento necessário, pois como seres passíveis de mudanças os especialistas traçam metas, avaliando ações, revendo conceitos, planejando e buscando a concretização dos ideais almejados. No decorrer do percurso percebe-se que alguns projetos não foram exitosos, algumas metas não foram alcançadas, alguns métodos não apresentaram bons resultados. Nossa realidade vigente não alcançou nossas perspectivas. Por isso a necessidade de rever, re-planejar, reestruturar e mudar estratégias, buscando alternativas para os principais problemas enfrentados pela escola, onde as decisões são tomadas de forma coletiva, baseadas no diálogo, onde os diversos segmentos são co-participantes do trabalho pedagógico.

Para Cury (2014, p.11), “a gestão do projeto pedagógico é tarefa coletiva do corpo docente, liderado pelo gestor responsável e se volta para a obtenção de outro princípio constitucional da educação que é a garantia do padrão de qualidade”. Sendo assim, a escola realizou oficinas envolvendo a direção, corpo docente,

discentes, auxiliares de serviços e pais para reflexão sobre as cinco dimensões do Projeto Político Pedagógico.

1.FINALIDADES DA ESCOLA

O direito à educação não ficou restrito à Constituição Federal, foi enfatizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), no Plano Nacional de Educação, nos pareceres e resoluções dos conselhos de educação dos Estados e da União. A educação consiste no principal fator de transformação do ser humano, através dela ele desenvolve competências, habilidades capazes de modificar a sua realidade, pois descobre a sua dimensão interior e a busca da auto-realização. A Escola Estadual Cecília Meireles, como instituição escolar constitui parte do amplo processo social de transformação da sociedade.

A escola precisa conhecer sua clientela, conhecer sua história para construir o seu próprio Projeto Político Pedagógico e assumir sua função social. No atual cenário a Escola Estadual Cecília Meireles tem por finalidade atender aos alunos do Bairro Bela Vista e entorno, respeitando e valorizando sua experiência de vida, de suas famílias e a cultura local. Tem como objetivo geral estimular e impulsionar a equipe pedagógica para promover métodos eficientes que resultem na melhoria constante da qualidade do ensino.

A escola tem como objetivos específicos: conhecer, analisar e compreender os resultados obtidos pela instituição nas avaliações sistêmicas articulando as ações de planejamento às ações avaliativas (externas e internas), planejar e programar intervenções pedagógicas com práticas inovadoras numa perspectiva interdisciplinar com vistas a possibilitar o desenvolvimento dos alunos que se encontram em todos os níveis de desenvolvimento (baixo, intermediário e recomendável) criando mecanismos de atendimento diferenciado aos alunos que apresentam maior dificuldade de aprendizagem envolvendo toda a equipe da escola, envolver a família no processo de intervenção pedagógica como parceiros e co-responsáveis por todas as ações previstas para a melhoria da aprendizagem dos alunos, adequar os espaços temporais para possibilitar a revisão da prática pedagógica dos professores a partir de estudos, discussões e planejamentos coletivos garantindo a efetivação das ações planejadas.

Sendo a escola responsável em formar pessoas críticas, participativas, questionadoras, capazes de exercer sua cidadania e reconhecendo a complexidade da prática educativa, busca na reelaboração do Projeto Político Pedagógico subsídios que auxiliem na tarefa de assumir como educadores, a responsabilidade e importância no processo de formação dos alunos. A linha teórica pedagógica adotada pela escola é a Sócio Interacionista. O corpo docente da escola está em constante busca para melhorar sua prática, estudando sempre as teorias dos grandes pensadores da educação como: Paulo Freire, Henri Wallon, Emília Ferreiro, Jean Piaget, e Vygotsky. Isso em busca de subsídios teóricos para análise e redimensionamento de sua prática educativa para que assim possam em conjunto buscar soluções para sanar as dificuldades tanto dos alunos como dos próprios professores.

Cada segmento da Escola tem suas atribuições definidas, na qual todos trabalham em prol de um ensino eficiente, associando a teoria à prática, planejando, gerenciando e possibilitando ao ser humano a oportunidade de sair do papel passivo e assumir com efetividade o de sujeito ativo e crítico da vida e da história. Como cita Delors (1998, p.85) a escola busca proporcionar ao aluno, “a oportunidade de aprender a aprender, aprender a fazer e aprender a ser.” A apropriação dos conhecimentos nas diferentes áreas, a cooperação, o senso crítico, a criatividade, a curiosidade, a responsabilidade, o crescimento da autonomia e o respeito aos outros, são valores que fundamentam a educação. Garantir entre alunos e funcionários uma convivência pacífica, respeitosa, solidária e amigável na escola e na comunidade.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles propõe rever objetivos, conteúdos, formas de desenvolvimento das atividades, avaliações, expectativas de aprendizagem e maneiras de auxiliar os alunos em seus estudos. Visa oferecer ao educando condições para o acesso e a permanência na escola, liberdade de aprender, pesquisar e divulgar instrumentos de compreensão da realidade local. Incentivar a participação dos educandos em relações sociais diversificadas e interdisciplinares cada vez mais amplas removendo obstáculos na conquista da igualdade social para todos.

2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Por primeiro, faz-se necessário compreender o que é a gestão pedagógica onde se tem que a mesma é o ato de administrar, gerir o ato do ensino-aprendizagem em todas as suas formas. A gestão neste sentido inclui a Supervisão e a Orientação que são dois alicerces fundamentais de toda e qualquer escola.

A gestão democrática como princípio da educação nacional, presença obrigatória em instituições escolares públicas, como a forma dialogal, participativa com que a comunidade educacional se capacita para levar a termo, um projeto pedagógico de qualidade e da qual nasçam cidadãos ativos participantes da sociedade como profissionais comprometidos. (CURY, 2014, p.11).

A Escola Estadual Cecília Meireles, no exercício de uma educação democrática, realiza suas atividades conforme o que determina o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996).

Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto da escola; II- participação da comunidade escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

A escola desenvolve seu Trabalho com diferentes atividades que integradas compõem as dimensões: administrativa, financeira e pedagógica. Subdividindo em estrutura organizacional administrativa e estrutura organizacional pedagógica.

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

O quadro de funcionários da escola é determinado por resolução anual da Secretaria de Estado da Educação conforme o número de alunos matriculados. O quadro administrativo da escola Cecília Meireles, é formado pela diretora, com carga horária de quarenta horas semanais, oito horas diárias, intercalando em três turnos (manhã, tarde e noite); duas vice-diretoras, cumprindo trinta horas semanais, sendo

uma no turno da manhã e uma no turno da noite, três especialistas que auxiliam nas questões pedagógicas e administrativas e quarenta professores que atuam no Ensino Fundamental e Médio nos três turnos, todos são habilitados, com formação em nível superior e a maioria com especialização.

A escola conta com uma secretária responsável pela parte funcional (benefícios, contagens de tempo, coordenação das atividades desenvolvidas na secretaria) e cinco auxiliares Técnicas da Educação Básica (com carga horária de trinta horas semanais), desempenhando atividades de registros, atualização da vida escolar dos alunos, atendimento e prestação de contas. Doze Auxiliares de Serviços da Educação Básica com as tarefas específicas de elaborar a merenda, manter a higiene, limpeza e conservação dos móveis, recepção dos alunos e pequenos reparos.

Segundo Dourado (2014, p. 21), “a qualidade do ambiente escolar e das instalações também concorre para a definição de condições de oferta de ensino de qualidade”. A estrutura física da escola é bastante precária. As salas de aula não são tão arejadas e os ventiladores acabam sendo insuficientes. A cantina, sala dos professores, secretaria e biblioteca, os espaços são insuficientes. Na escola não há: sala de vídeo, laboratório de Ciências, sala de supervisão. O depósito para mantimentos, almoxarifado e sala para direção são improvisados. O laboratório de informática com dez computadores, apesar de vários reparos não funcionam (aparelhos obsoletos). A biblioteca com espaço insuficiente, não tem acessibilidade. A quadra é coberta, porém é de propriedade da Prefeitura Municipal e não faz parte do espaço físico da escola, situa-se a três quarteirões da escola. O número de mesas e cadeiras para alunos é suficiente e estão em bom estado de conservação. Existe uma televisão, um retroprojetor, dois aparelhos de DVD, quatro aparelhos de som portáteis, dois computadores na secretaria com acesso à internet, um computador com acesso à internet para uso administrativo, um Data show e um microscópio. Na cozinha tem uma geladeira, um congelador, um forno elétrico, dois fogões industriais e um microondas. Na sala dos professores tem uma geladeira e um computador com acesso à internet. Há também Instrumentos que compõem uma fanfarra de pequeno porte. O acervo literário é bom. O telhado, as redes hidráulicas e elétricas estão precárias. A reforma e ampliação da escola é sonho de décadas, mas existem questões burocráticas, como o processo de doação pela Prefeitura ao

Estado que está sendo formalizado. Como até o momento o prédio é cedido não houve nenhuma reforma efetuada pelo Estado.

Os recursos financeiros são disponibilizados pela União e principalmente pelo Estado através dos programas PDDE, PDE, PNAE, além dos recursos pré-determinados no decorrer do ano para manutenção e custeio. A escola realiza festa junina e os valores recebidos são pouco significativos como doações, que são caracterizados como recursos próprios.

Os recursos são usados conforme as necessidades da escola, definido pelo Conselho Escolar, sendo elaboradas as prestações de contas de todos os recursos adquiridos conforme a legislação vigente, e apresentadas para o conhecimento da comunidade, cumprindo os princípios da legalidade, publicidade e transparência.

Segundo Cury (2014, p. 21), “a gestão contemporânea impõe novos campos de articulação e de consulta. Hoje há um número já considerável de conselhos que permeiam o ambiente escolar”. O Colegiado Escolar, órgão deliberativo e consultivo nos assuntos referentes às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, é composto pela diretora como presidente, dois representantes com seus respectivos suplentes dos segmentos de alunos, demais funcionários da escola, professores, pais (de alunos menores de quatorze anos). A Comissão de Licitação, o Conselho Fiscal, são conselhos que existem na escola, fazem parte dos elementos que contribuem para uma gestão democrática.

2.2 Estrutura Organizacional Pedagógica

A escola tem vinte e sete turmas sendo dez no turno da manhã (Anos Finais do Fundamental e Ensino Médio), dez no turno da tarde (Anos Iniciais) e sete turmas no turno da noite (Ensino Médio Regular e EJA). A média de alunos por turma varia conforme o nível de ensino, sendo para os Anos iniciais, 25 alunos por turma, anos finais, 35 alunos por turma e Ensino Médio com 40 alunos por turma, variando a mais ou a menos em algumas turmas. A escola mantém a continuidade de seus alunos em curso e conforme a capacidade de oferta de vagas recebe alunos da rede municipal e bairros vizinhos. As turmas são formadas por idade e nível de escolaridade sendo heterogêneas.

O Ensino Fundamental estrutura-se em quatro ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos: Ciclo da Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade (1º, 2º e 3ºano) e os demais ciclos com duração de dois anos; Ciclo Complementar (4º e 5ºano); Ciclo Intermediário (6º e 7ºano) e Ciclo da Consolidação (8º e 9ºano). O Ensino Médio com duração de três anos (1º, 2º e 3ºano).

Conforme Dourado (2014, p. 8), “as pesquisas e os estudos sobre a qualidade da educação revelam também que uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo.”

Os educadores da Escola Estadual Cecília Meireles, juntamente com alunos e pais, como participantes ativos, possibilitam que a escola apresente resultado otimista quanto à aprendizagem. Os alunos desta escola, tanto dos anos iniciais como dos anos finais do Fundamental e os alunos do Ensino Médio, têm a oportunidade de fazer uso de todos os materiais didáticos disponíveis na escola e de outros materiais complementares provindos de pesquisas dos alunos e professores para enriquecimento do conteúdo disciplinar ministrado.

Os planejamentos dos professores são elaborados a partir da avaliação diagnóstica realizada no início do ano letivo, sob a orientação das especialistas. O planejamento é anual, subdividido por bimestres, de forma flexível adequado conforme o perfil da turma e aprendizagem dos alunos. Os professores utilizam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nos anos iniciais utilizam também as Matrizes Curriculares/CEALE para o Ciclo de Alfabetização inicial e Ciclo Complementar, os professores dos Anos Finais (Ciclo Intermediário e o Ciclo de Consolidação) e do Ensino Médio utilizam para planejamento os CBCs.

A Educação de Jovens e Adultos, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino médio na idade própria, proporciona-lhes o direito de constante aperfeiçoamento e desenvolvimento de suas aptidões em sua vida profissional e social, através de atividades diferenciadas conforme seu contexto sociocultural.

A maioria dos professores trabalha de forma interdisciplinar para que os alunos alcancem os domínios e competências necessários para alcançar a meta proposta que é uma educação de qualidade. Os professores participam ativamente da elaboração do Plano de Intervenção Pedagógica de acordo com as necessidades

de cada turma, onde os alunos receberão suporte para sanar suas dificuldades. As reuniões pedagógicas ocorrem quinzenalmente por turno e mensal de forma integrada (para assuntos pedagógicos e administrativos).

A presença da família é de fundamental importância, mas nem sempre ela ocorre na proporção necessária por indisponibilidade de tempo dos pais. Além das reuniões bimestrais, os pais são convidados individualmente sempre que necessário. Conscientes da importância de um trabalho coletivo, de forma democrática e participativa a comunidade escolar vai efetivando a participação a cada dia.

3. CURRÍCULO

O currículo é mais do que um conjunto de disciplinas. Incluem experiências, vivências, questões regionais, socioculturais, conforme a realidade de cada estabelecimento de ensino.

O currículo como prática social produz sentidos para o que é imaginado e, dessa forma, o constrói. É por haver quem imagine o currículo de determinada maneira e conceba a existência de uma nacionalidade para esse currículo, com determinadas bases para o conhecimento escolar, é que se articulam ações locais e globais em torno do que é imaginado. (LOPES, 2006, p.45).

Há a necessidade de associar a teoria do currículo às práticas escolares. A relação teoria-prática requer diálogo, flexibilidade e integração dos envolvidos no processo. Assim, estaremos rompendo limites e ampliando possibilidades.

Currículo é um importante elemento constitutivo da organização escolar. Currículo implica, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Currículo é uma construção social do conhecimento, pressupondo a sistematização dos meios para que esta construção se efetive; a transmissão dos conhecimentos historicamente produzidos e as formas de assimilá-los, portanto, produção, transmissão e assimilação são processos que compõem uma metodologia de construção coletiva do conhecimento escolar, ou seja, o currículo propriamente dito. Neste sentido, o currículorefere-se à organização do conhecimento escolar (VEIGA, 1997, p. 26).

A legislação educacional brasileira quanto à composição curricular contempla dois eixos: Uma Base Nacional Comum, obrigatória e definida pela União (Linguagem, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas) e uma parte diversificada, também obrigatória com conteúdos complementares definidos pela escola, conforme as características regionais e locais da comunidade.

A composição curricular da Escola Estadual Cecília Meireles busca a articulação entre os vários aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, vida familiar e social, o meio ambiente, o trabalho, as ciências e a tecnologia, a cultura, as linguagens) com as áreas do conhecimento (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Artes, Educação Física e

Religião). Assim, a escola organiza suas bases curriculares de acordo com a legislação vigente, Federal e Estadual.

Conforme a Resolução nº 2.197/2012 da Secretaria de Estado da Educação, o Ensino Fundamental deve promover um trabalho educativo de inclusão, que reconheça e valorize as experiências e habilidades individuais do aluno, atendendo às suas diferenças e necessidades específicas, possibilitando assim, a construção de uma cultura escolar acolhedora, respeitosa garantindo o direito a uma educação que seja relevante, pertinente e equitativa. Os Temas Transversais serão desenvolvidos de forma interdisciplinar, assegurando assim, a articulação com a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada. De acordo com a resolução, a organização curricular do Ensino Médio, abrange as áreas de conhecimento referentes a Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas, deve garantir tanto conhecimentos e saberes comuns necessários a todos os estudantes, quanto uma formação que considere a diversidade, as características locais e especificidades regionais.

Nos anos finais do Ensino Fundamental as atividades pedagógicas serão organizadas de forma gradativa e crescente em complexidade, para os anos iniciais as Matrizes Curriculares e os guias do CEALE e para os anos finais os Conteúdos Básicos Comuns (CBC), de forma a consolidar e aprofundar os conhecimentos, competências e habilidades adquiridas nos Ciclos de Alfabetização e Complementar, acontecendo também no Ensino Médio, formando assim cidadãos capazes de ler e compreender textos de diferentes gêneros, inclusive os específicos de cada componente curricular e produzir com coerência e coesão, textos da mesma natureza, utilizando-se dos recursos gramaticais e linguísticos adequados e dominar os conceitos matemáticos pertinentes a cada ano de estudo. Como escola participante do Projeto Reinventando o Ensino médio, ela trabalha conteúdos interdisciplinares aplicados e conteúdos práticos.

Os temas e atividades trabalhadas respeitam as questões regionais e socioculturais, buscando sempre o melhor processo para atingir o objetivo proposto, priorizando sempre os aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

Esta instituição não oferece Educação em Tempo Integral por não ter espaço físico disponível.

4. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

O tempo Escolar na Escola Estadual Cecília Meireles está organizado de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

O tempo é um dos elementos constitutivos da organização do trabalho pedagógico. O calendário escolar ordena o tempo: determina o início e o fim do ano, prevendo os dias letivos, as férias, os períodos escolares em que o ano se divide os feriados cívicos e religiosos, as datas reservadas à avaliação, os períodos para reuniões técnicas, cursos etc. (VEIGA, 1997, p.29).

Observando-se o determinado pela legislação, o ano letivo do Ensino Fundamental é de 200 dias, 40 semanas letivas, sendo cinco dias letivos semanais. A carga horária anual do 1º ao 5º ano é de 800:00 horas com módulos-aula de 48 minutos, a do 6º ao 9ºano, é de 833:20 horas com módulos aula de 50 minutos. O intervalo com duração de quinze minutos. Sendo, portanto, 4h15minutos diárias do 1º ao 5º e 4h e 25 minutos do 6º ao 9º. O Ensino Médio (2º e 3º anos) regular tem a mesma duração de 4h e 25 minutos diárias, 833:20horas anuais. As turmas participantes do Projeto Reinventando o Ensino médio têm carga horária de 3.000 horas, conteúdos interdisciplinares aplicados e conteúdos práticos e incluindo no turno diurno, o sexto horário.

Conforme Cavaliere (2007, p.1017) a organização social do “tempo de escola que, sendo a mais importante referência para a vida das crianças e adolescentes, tem sido, no mundo contemporâneo, um pilar para a organização da vida em família e da sociedade em geral”.

A enturmação segue o que determina a Resolução 2.197 de 26 de outubro de 2012:

Art. 28 - O Ensino Fundamental, com duração de nove anos, estrutura-se em 4(quatro) ciclos de escolaridade, considerados como blocos pedagógicos sequenciais: I- Ciclo de Alfabetização, com a duração de três anos de escolaridade, 1º, 2ºe 3º ano; II- Ciclo Complementar, com duração de dois anos de escolaridade, 4º e 5º ano; III- Ciclo Intermediário, com duração de dois anos de escolaridade, 6º e 7º ano; IV- Ciclo da Consolidação com dois anos de escolaridade, 8º e 9º ano.(MINAS GERAIS, 2012).

As ideias quanto à adoção de séries ou ciclos divergem. Alguns autores consideram os ciclos como arranjo para ocultar a repetência. Outros consideram a repetência como punição, que desestimula e aumenta o índice de evasão.

Conforme Alvarse (2009) a proposição dos ciclos:

Deve conduzir ao alongamento do tempo para que se possa trabalhar com objetivos mais amplos do que aqueles anualizados; portanto, ampliando as finalidades da escola e permitindo que se trabalhe melhor, isto é, que se trabalhe para que todos possam aprender. Por isso, sem forçar denominações artificiais, essas preocupações conduziram aos ciclos de aprendizagem, por fazer do objetivo de aprendizagem um aspecto central, o que não pode ser interpretado como desconsideração pelas condições peculiares dos aprendizes e sua cultura. (ALVARSE, 2009, p.42).

Em algumas situações, os ciclos são considerados como facilitadores da promoção automática. Freitas (2004) cita Bertagna (2003) quando distingue promoção automática de progressão continuada:

Na progressão continuada [...] a criança avança em seu percurso escolar em razão de ter se apropriado, pela ação da escola, de novas formas de pensar, sentir e agir; na promoção automática, a criança [...] permanece na unidade escolar, independentemente de progressos terem sido alcançados. [...] Ser contra a progressão continuada, é negar a evidência científica de que toda criança é capaz de aprender, se lhe forem oferecidas condições para tal. (FREITAS, apud BERTAGNA, 2003, p.81,83).

A organização do ensino em ciclos se impõe então, como necessária para uma escola menos seletiva, menos excludente e menos autoritária. Moreira (2000) cita Cunha (1991), ao destacar a proposta curricular do Plano Mineiro:

Preservou as disciplinas tradicionais, enfatizando ao mesmo tempo, a necessidade de renovações no ensino, particularmente nas disciplinas ciências, história, geografia e educação para o Trabalho. Desejava-se direcioná-las, respectivamente, para os seguintes objetivos: o domínio da linguagem científica, a compreensão do espaço como realidade viva, a compreensão das condições (MOREIRA, 2000, apud CUNHA, 1991, p.113).

O Ensino Médio está organizado em séries (1º 2º e 3º ano). As turmas de segundos e terceiros anos funcionam à noite (quatro turmas), os primeiros anos, de manhã, com um sexto horário por fazer parte do Projeto Reinventando o Ensino Médio. A Educação de Jovens e Adultos (nível médio), curso presencial, com duração de 01(um) ano e meio, organizado em 03(três) períodos semestrais. As outras modalidades atendidas, o ano é dividido em períodos bimestrais.

Os professores têm uma carga horária de 20(vinte) horas semanais sendo 16(dezesseis) horas com regência de aulas e 04(quatro) horas extraclasse incluindo planejamentos.

A comunidade reúne a cada bimestre para divulgação e, análise dos resultados de aprendizagens. São realizadas no decorrer do ano atividades como festa junina, feiras culturais com divulgação de trabalhos desenvolvidos pelos alunos, apresentações artísticas e culturais, campeonatos e gincanas, além das demais comemorações previstas no calendário.

A escola Estadual Cecília Meireles trabalha com seus alunos a visão crítica, com ênfase nos valores. Utiliza seus espaços internos como salas de aula, biblioteca, laboratório de informática (embora ineficaz), quadra, corredores e os espaços externos como biblioteca pública local, ginásio poliesportivo (campeonatos) e outras localidades da região através de viagens e excursões, associando o lazer ao conhecimento através de atividades previamente planejadas.

Para alterar a qualidade do trabalho pedagógico torna-se necessário que a escola reformule seu tempo, estabelecendo períodos de estudo e reflexão de equipes de educadores, fortalecendo a escola como instância de educação continuada. É preciso tempo para que os educadores aprofundem seu conhecimento sobre os alunos e sobre o que estão aprendendo. É preciso tempo para acompanhar e avaliar o projeto político-pedagógico em ação. É preciso tempo para os estudantes se organizarem e criarem seus espaços para além da sala de aula. (VEIGA, 1997, p.30).

Para que os estudantes atuem na vida de forma transformadora, é necessário que o espaço da escola favoreça esta prática, começando pela transformação da própria escola. Os ritmos de aprendizagem são diferentes e devem ser respeitados. Os recursos escolares devem ser eficazes para garantir a aprendizagem do aluno que é dever e responsabilidade da escola.

5. PROCESSOS DE DECISÃO

A gestão da escola é democrática. O processo de escolha da direção segue a partir de uma avaliação de conhecimentos do gestor na sua área de atuação e em eleição, processo em que a comunidade escolar vota nos profissionais que melhor irão representá-los na função de diretor da escola.

Nesta gestão democrática, em uma administração colegiada, a educação é tarefa de todos, família, governo e sociedade, para tanto é necessário o envolvimento de todos os sujeitos participantes do processo educacional, que devem entender e participar deste como um trabalho coletivo, pois é dinâmico e exige ações concretas. Para tanto, é necessário que a gestão democrática seja vivenciada no dia-a-dia das escolas, seja incorporada ao cotidiano e se torne tão essencial à vida escolar, quanto é a presença de professor e alunos. (CARMO, 2001, p.31).

As decisões de ordem administrativas e financeiras são tomadas a partir do colegiado e acompanhadas pela Superintendência Regional de Ensino. As decisões de ordem pedagógicas são tomadas em consonância com o Projeto Político Pedagógico aprovado pelo colegiado. As decisões internas são tomadas em reuniões coletivas, em que todos têm direito a dar opiniões porque fazem parte delas como coparticipantes. São decisões como: calendário escolar, plano de trabalho, linha filosófica a serem seguidas na proposta pedagógica, formas de avaliar, metodologias de ensino e aprendizagem etc. Todos têm conhecimento das decisões ou ações implementadas na escola.

A escola conta com dois importantes órgãos colegiados: O Colegiado Escolar que é o mais importante órgão colegiado da escola e tem como função deliberar sobre questões político-pedagógicas, administrativas, financeiras. É composto por dois representantes de cada segmento da escola sendo: Profissionais em exercício na escola (professores e demais funcionários) e comunidade atendida pela escola (pais, alunos). Entre suas atribuições está analisar ações de forma coletiva e buscar meios para o cumprimento das finalidades da escola. Constitui um espaço de participação, discussão e decisão possibilitando a participação e promovendo a gestão democrática.

Os membros do Colegiado Escolar têm funções:

- (1) deliberativas, sobre decisões em assuntos relacionados ao Projeto Político Pedagógico que considera os interesses e as necessidades da grande maioria e outros assuntos;
- (2) consultivas quando se trata de questões encaminhadas pelos segmentos da escola e;
- (3) fiscais ao acompanhar a execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras avaliando e garantindo o cumprimento da legislação vigente e do regimento da escola e atuante ao promover a participação dos segmentos em diversas atividades, contribuindo para a educação democrática.

O diretor atua como coordenador na execução das deliberações do Colegiado escolar e também como articulador das ações de todos os segmentos, visando à efetivação do projeto pedagógico na construção do trabalho educativo.

Dessa forma, pretendemos cultivar um colegiado atuante ao promover a participação dos segmentos em diversas atividades, contribuindo para a educação democrática.

Outro importante órgão colegiado da nossa escola é o Conselho de Classe. Este órgão reúne professores, equipe pedagógica e direção para refletirem sobre o trabalho educativo desenvolvido com os alunos, objetiva discutir e analisar o processo de aprendizagem, detectar aqueles com necessidade de acompanhamento. As reuniões do Conselho de Classe servem de fórum de discussão para situar as necessidades pedagógicas dos alunos e a partir deste diagnóstico realizar atividades priorizando superar as dificuldades dos mesmos. Promover o diálogo entre os professores através da discussão de experiências vivenciadas e o estabelecimento de possibilidades e alternativas futuras e favorecer ações intervenientes mais adequadas, avaliar a prática pedagógica como um todo e em cada disciplina ou área de conteúdo, caracterizar e problematizar necessidades específicas da relação pedagógica. O Diretor está presente nas reuniões do Conselho de Classe e deve possibilitar que as mesmas aconteçam sem limitações para os professores e demais participantes.

6. RELAÇÕES DE TRABALHO

A gestão da escola é uma gestão compartilhada, as decisões são tomadas pelo coletivo. O gestor atua como líder, sempre buscando e estimulando a participação dos pais, alunos, professores e demais funcionários, na tomada de decisões e na implementação de ações proporcionando um clima de confiança.

Compreender as relações de poder na escola é necessário para apontar propostas que enfatizem relações que possibilitam a participação de todos os atores (alunos, pais, sindicato, professores, diretores, coordenadores etc.). A participação é requisito essencial para a democratização das relações no interior das escolas públicas. É importante assinalar, nesse sentido, a necessidade da partilha do poder, o que envolve a participação na tomada de decisões. (JAPECANGA, 2014, p.6).

Os diversos atores escolares têm papel de coparticipantes no trabalho pedagógico. As relações de trabalho são pautadas na ética profissional e em boas relações interpessoais. A relação de trabalho da escola com a comunidade e da comunidade com a escola é de parceria, embora ocorram muitos casos omissos em relação ao acompanhamento da aprendizagem pelos pais. A escola realiza todos os anos, vários eventos, previstos no calendário, momento em que há a participação da comunidade, como: Feira da Cultura, Festa da família na escola, Festa Junina, Jogos Escolares, Festival de Talentos, etc. A realização destes eventos propicia um entrosamento da escola com a comunidade, desenvolve habilidades e a criatividade dos alunos, incentiva a cooperação e participação de todos.

Os conflitos são resolvidos com diálogo em que todos são ouvidos numa tentativa de harmonizar as situações difíceis que vão surgindo. Os profissionais de nossa escola com o objetivo de tornar a escola mais eficaz, eficiente e efetiva consideram toda esta rede de relações como parte de seu espaço. Neste sentido, procuram reinventar seus próprios espaços, produzindo ambientes mais confortáveis, atraentes e aconchegantes: remodelação das salas de aula com disposição diferente do mobiliário, dinamização da biblioteca, atividades no pátio, na quadra, na frente da escola, atividades desportivas, excursões.

Como organização administrativa a Escola Estadual Cecília Meireles compõe-se dos órgãos em funcionamento destinados a executar as funções de

deliberação e prestação de serviços. O regime disciplinar, aplicável ao pessoal docente, técnico-administrativo e discente, tem a finalidade de aprimorar o ensino, a formação do aluno, o desenvolvimento das atividades escolares, o entrosamento dos serviços existentes e a consecução dos objetivos previstos e está expresso no Regimento Escolar. O regime disciplinar aplicável ao pessoal discente é estabelecido pelos Órgãos Colegiados, respeitadas as diretrizes contidas na Proposta Pedagógica da Escola e no Regimento Escolar. Os recursos sócio-pedagógicos previstos no regime disciplinar para os alunos devem ter valor formativo, objetivando melhorar a convivência dos mesmos dentro do ambiente escolar.

7. AVALIAÇÃO

Avaliar significa medir quantitativamente e qualitativamente todo o processo de aprendizagem, é o resultado do empenho de toda a comunidade escolar, obtidos por alunos, professores, direção e demais funcionários.

Avaliação é um instrumento permanente do trabalho docente, tendo como propósito observar se o aluno aprendeu ou não, podendo assim refletir sobre o nível de qualidade do trabalho escolar, tanto do aluno quanto do professor, gerando mudanças significativas (OLIVEIRA, 2008, P.2386).

Vale ressaltar que o sucesso ou fracasso é coletivo e a busca por melhorias deve abranger todo o espaço escolar, desde as condições da escola e ações dos professores até o modo como os alunos são avaliados, ou seja, a escola deve ser avaliada em sua totalidade.

Um processo de construção, pelos atores envolvidos, de uma representação dos objetivos e dos efeitos de sua ação comum. Assim, a eficácia não é mais definida de fora para dentro: são os membros da escola que, em etapas sucessivas, definem e ajustam seu contrato, suas finalidades, suas exigências, seus critérios de eficácia e, enfim, organizam seu próprio controle contínuo dos progressos feitos, negociam e realizam os ajustes necessários.(SOUSA, 1999, p.5).

A função da avaliação é obter informações sobre os progressos e as dificuldades de cada aluno, verificando os pontos fortes e fracos da aprendizagem, visando o avanço dos métodos de ensino e resultados encontrados e atribuindo a cada um sua responsabilidade nesse processo. No âmbito escolar deve-se avaliar: o sistema de ensino, o sistema escolar e a aprendizagem dos estudantes. As avaliações, seus princípios e critérios deverão constar no Regimento Escolar e o Conselho Escolar deve fazer parte de toda a construção desse processo.

Além de avaliar o desempenho dos alunos, deve-se observar todo o contexto educativo: condições físicas da escola, o uso de materiais pedagógicos na aprendizagem, a atuação dos docentes e suas metodologias aplicadas. O processo de avaliação deve assumir um papel transformador, observando o interesse da população. Todos os componentes devem ser avaliados: alunos, professores, gestores, etc., deve ter a colaboração de todos, desde as análises encontradas até

as ações a serem tomadas, o cronograma e direcionamento das intervenções necessárias.

Nas avaliações do sistema de ensino o objetivo é diagnosticar o sistema escolar no âmbito nacional ou regional. Neste processo, o Conselho Escolar deve observar os resultados das avaliações externas como SAEB, as internas ou do sistema e sua própria avaliação. Estas serão analisadas e, depois de verificados os resultados obtidos fazem-se um cronograma com as ações a serem desenvolvidas para sua melhoria.

Os alunos realizam as avaliações externas como Prova Brasil e Provinha Brasil, as avaliações do SIMAVE (Sistema Mineiro de Avaliação da Educação), SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica), participam de concursos e Olimpíadas de Matemática(OBMEP).

Alguns aspectos devem ser avaliados na organização do sistema escolar: taxa de reprovação, evasão escolar, elaboração de um Projeto Político Pedagógico, organização geral da escola, acompanhamento e rendimento dos alunos a avaliação de desempenho dos educadores e participação e envolvimento das famílias. Estes aspectos são analisados através de reuniões pedagógicas, questionários, estudo de casos e entrevistas.

A avaliação nos diferentes espaços de produção do conhecimento tem sido tradicionalmente considerada como um fator que ocorre no final do processo de produção do conhecimento. Sob esta ótica, foi fundamental perceber que a avaliação ocorre no decorrer de todo processo ensino aprendizagem. Dessa forma, pode-se falar em três modalidades de avaliação: diagnóstica, formativa e somativa (OLIVEIRA, 2008, p.2386).

A avaliação na Escola Estadual Cecília Meireles tem algumas funções básicas no processo de ensino aprendizagem: diagnosticar, ser formativa e somativa. Ela faz uma sondagem de conhecimentos já adquiridos, constrói novos conhecimentos através das falhas, acertos e troca de experiências que somados são pontuadas no final de cada bimestre ou no final do ano letivo, cabendo ao educador um acompanhamento contínuo do aluno, sua trajetória na construção do conhecimento.

Assim, na Escola Estadual Cecília Meireles nos Anos Finais e Ensino Médio são distribuídos 100 (cem) pontos ao longo do ano letivo, divididos em quatro bimestres de 25 pontos, sendo distribuídos em trabalhos, avaliações, aspecto

comportamental, relatórios, etc. Para aprovação, exige-se rendimento de 60% em todos os conteúdos e 75% de frequência às aulas.

Os alunos dos anos iniciais são avaliados através de conceitos: A - Atingiu os objetivos propostos; B- Atingiu parcialmente os objetivos propostos e C - Necessita um pouco mais de esforço e atenção.

Durante todo o ano letivo os educadores proporcionam aos educandos oportunidades de recuperação contínua, onde os professores replanejam suas atividades com o objetivo de sanar as dificuldades apresentadas dos alunos que não conseguiram acompanhar. Ela é feita através do Plano de Intervenção Pedagógica (PIP), atividades elaboradas após o diagnóstico das dificuldades através da vivência de novas oportunidades, a fim de corrigir desvios e suprimir ou reduzir omissões e falhas.

Se no final de cada bimestre, o educando continuar abaixo da média estipulada, tem a oportunidade de participar da recuperação paralela que engloba o estudo de conteúdos determinados e realizar uma nova avaliação. O aluno que não conseguir a média conforme consta no Projeto Político Pedagógico e do Regimento será recuperado paralelamente, em sua própria sala, porém receberá atenção individualizada sem prejuízo do trabalho em grupo, preservando a auto-estima.

O acompanhamento paralelo será feito preferencialmente pelo próprio professor, o processo de recuperação será contínuo durante o ano letivo, enquanto for necessário, a critério dos profissionais envolvidos. Todo o desenvolvimento do processo de recuperação deverá ser lançado na ficha do aluno, a fim de possibilitar acompanhamentos futuros e o desenvolvimento dos trabalhos e do aluno.

A recuperação final é oferecida aos alunos que, após término do ano letivo não alcançaram o resultado satisfatório para aprovação. Os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio que não alcançaram a média com a recuperação final ainda tem direito a progressão parcial.

Conforme o art. 74 da Resolução nº 2.197/2012:

A progressão parcial, que poderá ocorrer a partir do 6º ano do Ensino Fundamental e no Ensino Médio, é o procedimento que permite ao aluno avançar em sua trajetória escolar, possibilitando-lhe novas oportunidades de estudos no ano letivo seguinte naqueles aspectos dos componentes curriculares nos quais necessita ainda consolidar conhecimentos, competências e habilidades básicas. (2012 SEE/MG).

É preciso observar que não existe certo ou errado nas avaliações de aprendizagem dos estudantes e sim que é necessário notar cada situação didática e escolher a melhor forma de se avaliar, seja a observação, a aplicação de provas, relatórios diários, redações, anotações, seminários, sendo utilizados em sala de aula, em casa, individual ou em grupo de acordo com a necessidade da turma e objetivo do educador.

É importante a negociação sobre a discussão dos critérios de avaliação, sendo que o professor deve listar os conteúdos importantes, informar aos alunos e se colocar como parceiro, lembrando que o objetivo é a obtenção de melhores resultados para todos.

Lembrar, planejar e rever, construir e reconstruir, envolver os alunos nas atividades de sala, fazer uma avaliação eficaz, é papel do professor e do especialista, que repassam os resultados obtidos e buscam soluções quando estes não são satisfatórios. Estes resultados interessam aos alunos, pais, professores e equipe docente, que conhecem o processo de aprendizagem e se empenham na superação das dificuldades, através de estímulos e intervenções, avaliando as práticas, revendo falhas e construindo novos conhecimentos.

É claro que se os educandos não aprimorarem sua aprendizagem, serão inúteis todas as práticas democráticas, visto que, seus indicadores não são satisfatórios. É preciso que professores e alunos encarem com seriedade as práticas de avaliação, procurando formas que contemplem conjuntamente aspectos do processo e dos resultados.

De acordo com Veiga (1997, p.32) a avaliação possui dois fatores importantes: “Primeiro, a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao projeto político-pedagógico. Segundo, ela imprime uma direção às ações dos educadores e dos educandos”.

O grande desafio é ver a avaliação como um processo de colaboração, a vivência da avaliação deve fortalecer os órgãos coletivos, deve propor uma mudança na organização e na dinâmica de toda a instituição, tornando realidade uma educação democrática e de qualidade.

A avaliação institucional dá grande suporte à gestão da escola; na realidade ela é parte do processo de gestão da escola, mas não apenas como ferramenta a serviço de levantar dados para o planejamento e monitoramento das ações escolares (SOUSA, 2014, p.3).

A avaliação dos servidores ocorre anualmente conforme a legislação da SEE (Secretaria De Estado da Educação) de Minas Gerais e no decorrer do ano através de auto-avaliações, tendo como parâmetros a análise das ações realizadas.

Segundo Veiga (1997,p.32) “avaliar o projeto político-pedagógico é avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico”. A Avaliação do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Cecília Meireles é mais do que avaliação do aluno, mas dos professores, da equipe gestora, da Escola. A avaliação do Projeto acontece durante todo o processo de construção e de operacionalização que é flexível e contínuo o que permite investigar se as ações em desenvolvimento estão solucionando os problemas e dificuldades no processo educativo, para a elaboração de novas ações.

Os resultados obtidos por meio dos instrumentos de avaliação serão registrados para que, a partir deles, o Projeto seja reformulado e atualizado, anualmente, em um processo contínuo. O sucesso deste Projeto depende principalmente do envolvimento dos profissionais comprometidos e da comunidade com a educação da Escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na perspectiva de obtermos melhorias na educação, é que nós, profissionais, aperfeiçoaremos nossas práticas pedagógicas, cientes de nossas limitações e dificuldades, reformulando estratégias, numa expectativa de realização e sucesso. A elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola constituiu em elaborar a organização do trabalho da escola, foi um momento de diálogo, análise do cotidiano da escola, onde tentamos realizar um projeto que visa o caminho a percorrer para chegar à escola que queremos construir. Houve a participação de todos os segmentos, em um planejamento participativo e democrático que contou com o envolvimento de todos nos momentos de decisões e escolhas.

O diagnóstico é o ponto principal por ser o momento de participação e estudo do marco situacional: Qual é o aluno que temos? Que educação queremos? Também é importante o estudo do marco referencial, onde a filosofia pautada na ética decidirá qual caminho teórico seguir.

De acordo com o embasamento legal e base-teórico-metodológica, o Projeto Político Pedagógico parte da linha filosófica discutida amplamente na comunidade escolar. Para o sucesso na organização escolar é de suma importância o uso do princípio democrático durante a discussão de cada aspecto da estrutura do documento.

Como todo projeto, o Projeto Político Pedagógico é um processo contínuo, o mesmo é retomado e aprimorado sempre que necessário e sua reformulação dar-se-á mediante a participação de todos os segmentos da instituição juntamente com a família revendo as práticas trabalhadas propondo novas ações, visando à democratização nas tomadas de decisões e também no momento de avaliação.

Família e escola compartilham do processo de formação do educando. Nessa parceria cada um tem um papel importante, cabendo a cada ente desempenhar com responsabilidade sua função, visando à obtenção de resultados satisfatórios e respeito ao lugar ocupado. Uma das maiores dificuldades da escola é fazer com que esta parceria ocorra de forma efetiva. Muitos pais são omissos em várias situações e atribuem à escola o que seria dever e responsabilidade deles.

Numa gestão democrática e participativa, o Colegiado é o órgão que acompanha e avalia a proposta. A cada ano e a cada mudança no âmbito da educação, requer sua avaliação e reelaboração.

O Currículo deve valorizar a cultura do aluno e da sua família. A realidade sociocultural é a referência para este planejamento curricular. E o tempo e espaços escolares fundamentam-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Resoluções da Secretaria de Estado da Educação.

Para uma boa relação de trabalho, a auto-avaliação no dia a dia da prática e a reflexão da ação baseada na teoria garantem uma educação de qualidade.

A elaboração do Projeto Político Pedagógico pela equipe reforça a autonomia da escola viabilizando a educação que queremos para a sociedade que temos.

REFERÊNCIAS

ALAVARSE, Ocimar Munhoz. A Organização do Ensino Fundamental em Ciclos: algumas questões. **Revista Brasileira de Educação**, v.14 n. 40 jan./abr.2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n40/v14n40a04.pdf>> Acesso em: 10 jul.2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. (CF). 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Leis e Decretos. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 09 jul. 2014.

CAMPOS, Roselane Fátima; SCHEIBE, Leda. **Projeto Político-Pedagógico: dimensões metodológicas**. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>> Acesso em 08 de ago. 2014.

CARMO, Raimundo Santos; GONÇALVES, Juçara dos Santos. **Gestão Escolar e o processo de tomado de decisão**. Belém: UNAMA, 2001. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>> Acesso em 24 Jun. 2014.

CAVALIERE, Ana Maria. **Tempo de Escola e Qualidade na Educação Pública**: Educação e Sociedade. Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial p. 1015-1035, out. 2007. Disponível em: <www.cedes.unicamp.br > Acesso em: 09 jul. 2014.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **O Direito à Educação**: um campo de atuação do gestor educacional na escola. (2010). Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br> > Acesso em: 01 jul.2014.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A Qualidade da Educação**: Conceitos e Definições. Disponível em: <<http://moodle3.mec.gov.br/ufmg> > Acesso em: 20 de jul. 2014.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio Básico da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

JAPECANGA, Alaíde Pereira. **A Democratização das Relações de Trabalho na Escola Pública Básica**. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br>> Acesso em 29 jun. 2014.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Educação. **Resolução nº 2.197 de 26 de outubro de 2012**.

OLIVEIRA, Adriana; APARECIDA, Celena; SOUZA, Gelsenmeia M. Romero. **Avaliação**: Conceitos em diferentes Olhares, uma experiência vivenciada no Curso de Pedagogia. Disponível em < <http://www.pucpr.br> > Acesso em: 10 de ago. 2014.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola.** Disponível em <<http://escoladegestores.mec.gov.br>> Acesso em 26 mai. 2014.

SENS, Aracy Santos. **Projeto Pedagógico da Escola.** Disponível em <<http://www.fecam.org.br>> Acesso em 08 de ago. 2014.

SOUSA, S.Z. **Avaliação Institucional:** elementos para discussão. Disponível em <<http://moodle3.mec.gov.br> > Acesso em 15 de jul. 2014.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola.** Disponível em: moodle3.mec.gov.br/ufmg. Acesso em 08 de ago. 2014.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de. (orgs) **Escola:** espaço do projetopolítico pedagógico. Campinas: Papirus, 1997.